

CLIPPING IMPRESSO

16/07/2019

INDICE

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. CASO DÉCIO SÁ	
2.1. JORNAL EXTRA.....	2
3. COORDENADORIA DE PRECATÓRIO	
3.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	3 - 4
4. DECISÕES	
4.1. JORNAL EXTRA.....	5 - 6
4.2. JORNAL O DEBATE.....	7 - 8
5. INFORMATIVO	
5.1. JORNAL PEQUENO.....	9
6. INSTITUCIONAL	
6.1. JORNAL CORREIO POPULAR.....	10 - 11
6.2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	12 - 16
6.3. JORNAL EXTRA.....	17 - 18
6.4. JORNAL O DEBATE.....	19
6.5. JORNAL O IMPARCIAL.....	20
6.6. JORNAL O PROGRESSO.....	21 - 23
6.7. JORNAL PEQUENO.....	24 - 26
7. PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ	
7.1. JORNAL PEQUENO.....	27
8. PUBLICIDADE LEGAL	
8.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	28

Operação do Gaeco e Polícia Civil prende servidores do TJMA

Servidores são suspeitos de participar de esquema dentro do TJMA

HEMERSON PINTO

As prisões aconteceram na manhã desta segunda-feira, 15, na capital São Luís, em Paço do Lumiar e em Goiânia-GO. As quatro pessoas presas são investigadas por envolvimento no esquema de corrupção dentro do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Os suspeitos são os servidores Daniel Andrade Freitas, Thiago da Silva Araújo, e

o prestador de serviço terceirizado, Thiago Rafael de Oliveira Candeira. Eles foram presos na sede do TJMA. Wendel Dorneles de Moraes foi preso em Goiânia.

A operação do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público e Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção da Polícia Civil também cumpriu mandados de busca e apreensão.

Os investigados são suspeitos de conseguir informa-

ções sobre credores de precatórios e com estas informações fazer contatos para que dessem preferência na ordem de pagamento aos credores da Fazenda Pública.

No esquema, Daniel Freitas, Thiago Araújo e Thiago Candeira são suspeitos de encaminhar a planilha de credores a Wendel. Este, por sua vez, entrava em contato com os credores e fazia todo o processo restante do esquema. As informações são do G1.



ESTADO MAIOR

Também para agosto

A Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados tentará ouvir, na primeira semana de agosto, o secretário de Segurança Pública do Estado, Jefferson Portela.

O objetivo é saber dele se procedem ou não as denúncias feitas pelos delegados Tiago Bardal e Ney Anderson sobre o possível uso da máquina pública para espionagem de adversários políticos do Governo do Maranhão.

Portela nega de forma contundente todas as acusações.

Esquema de corrupção no TJ é desmontado

Dois servidores efetivos e um terceirizado são suspeitos de darem preferência no pagamento de precatórios em troca de vantagens. **POLÍTICA 2**

Operação do Gaeco prende servidores do Judiciário

Dois servidores efetivos e um terceirizado foram presos, acusados de atuarem num esquema de corrupção que tinha por objetivo dar preferência na ordem de pagamento de precatórios em troca de vantagens junto a credores

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e a Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção da Polícia Civil realizaram, na manhã de ontem, uma operação para cumprimento de mandados de busca e apreensão de documentos e prisão preventiva em São Luís, Paço do Lumiar e Goiânia, por força de decisão da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário da Capital.

As investigações, conduzidas pelo Gaeco em conjunto com o 1º Departamento de Combate à Corrupção (1º Deccor), apuraram um esquema de corrupção com a participação de servidores da Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça, visando favorecer credores da Fazenda Pública na elaboração de cálculos em desacordo com a decisão judicial, bem como em dar preferência na ordem de pagamento em troca de vantagem financeira.

Segundo apurado até o momento, os servidores Daniel Andrade Freitas e Thiago da Silva Araújo, além do terceirizado Thiago Rafael de Oliveira Candeira, presos na sede administrativa do Tribunal de Justiça, obtinham informações sobre os credores de precatórios e entravam em contato por telefone, solicitando vantagem para que eles tivessem seus pagamentos incluídos na lista.

O esquema também tinha a par-



Divulgação

Servidores atuavam na Coordenaria de Precatórios do Tribunal de Justiça e tinham acesso a documentos

ticipação de Wendel Dorneles de Moraes, preso em Goiânia. Daniel Freitas, Thiago Araújo e Thiago Candeira facilitavam o acesso de Wendel à planilha de credores e valores. Em seguida, Wendel fazia a intermediação entre estes e os credores por meio de contato telefônico, solicitando valores. Todos já estão presos.

O Gaeco do Ministério Público de Goiás auxiliou a operação em Goiânia para o cumprimento do mandado de prisão de Wendel Moraes.

Investigação

De acordo com o TJ, a investigação

dos crimes foi iniciada após requisição do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, depois das denúncias apresentadas perante a própria Coordenadoria de Precatórios recebidas pelo juiz auxiliar da presidência e coordenador da gestão de precatórios, André Bogéa.

De acordo com o tribunal, as ações fazem parte de um conjunto de medidas que visam garantir a correta utilização dos recursos públicos ao pagamento de precatórios e ainda zelar pela proteção dos direitos dos credores.

“As condutas dos três servidores já vinham sendo monitoradas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, com o que se logrou prevenir prejuízos aos cofres públicos. Importante ainda esclarecer que a ordem cronológica das listas de pagamentos dos entes públicos devedores de precatórios persistem intactas, imunes a quaisquer interferências ilícitas, vez que são confeccionadas segundo protocolo único do Tribunal de Justiça, inacessível aos servidores em questão”, destacou o tribunal em nota. ●

NOTA DO TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão vem a público informar que, na manhã desta segunda-feira (15/07/2019), três servidores do Poder Judiciário do Maranhão - dois efetivos e um terceirizado - lotados na Coordenadoria de Precatórios do Tribunal, foram alvo de mandados de prisão preventiva decretada pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís.

A investigação criminal foi iniciada após requisição do Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em face de denúncias apresentadas perante a própria Coordenadoria de Precatórios, recebidas pelo Juiz Auxiliar da Presidência, coordenador da gestão de precatórios, André Bogéa.

A investigação criminal - que resultou nas prisões dos três servidores - foi desenvolvida pelo Ministério Público Estadual e pela Polícia Civil do Maranhão, com autorização judicial.

As ações desenvolvidas fazem parte de um conjunto de medidas que visam não apenas garantir a correta utilização dos recursos públicos destinados ao pagamento de precatórios, como também zelar pela proteção dos direitos dos respectivos credores, muitos dos quais idosos e portadores de doenças graves.

As condutas dos três servidores já vinham sendo monitoradas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, com o que se logrou prevenir prejuízos aos cofres públicos.

Importante ainda esclarecer que a ordem cronológica das listas de pagamentos dos entes públicos devedores de precatórios persistem intactas, imunes a quaisquer interferências ilícitas, vez que são confeccionadas segundo protocolo único do Tribunal de Justiça, inacessível aos servidores em questão.

O Tribunal de Justiça do Maranhão reafirma seu inarredável compromisso de bem desempenhar suas atribuições constitucionais, sempre voltado à moralidade, legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, conforme o art. 37, caput, da Constituição Federal.

A persecução criminal se desenvolverá aos cuidados das autoridades públicas constituídas e respeitando as diretrizes do devido processo legal e da ampla defesa.

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

ESTADO MAIOR

E MAIS

- A prisão de três servidores do Poder Judiciário que repassam informações sigilosas a credores de precatórios e tentavam vantagens de ordem financeira abalou o Tribunal de Justiça do estado.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 38/2019

Processo nº 21095/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para equipamentos de segurança utilizados na inspeção de bagagens, tipo Scanner Raio-X, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; **Justificativa:** Revisão do Termo de Referência; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br. Fones: (98) 3261-6181 / 6194.

São Luís/MA, 15 de julho de 2019. **Kátia Araujo Gonçalves – Pregoeiro TJMA.**

Delegado acusa ex-deputado Cutrim de envolvimento na morte do jornalista Décio Sá

Em depoimento prestado na 1ª Vara Criminal da Capital o delegado Maymone Barros Lima, chefe do Departamento de Inteligência da Polícia Civil acusou o ex-deputado e ex-secretário de segurança Raimundo Cutrim de fazer parte de uma organização criminosa envolvida no assas-

sinato do jornalista Decio Sá e com o contrabando de cigarros e whiskies na área do Porto do Arraial, Zona Rural de São Luís.

O depoimento foi prestado em um dos processos que investiga o ex-delegado Thiago Mattos Bardal de fazer parte da mesma organização. Maymone

garante que o grupo é investigado desde o dia 28 de dezembro de 2017 quando um homem foi encontrado morto dentro de uma lancha na Baía do Arraial. O crime seria atribuído aos integrantes dessa organização criminosa.

O chefe da inteligência da

Polícia Civil diz também que durante um certo tempo o delegado Bardal passou a utilizar um veículo blindado em função da fuga de um dos integrantes da quadrilha que se sentiu traído pelo ex-delegado. Assista um trecho do depoimento prestado pelo delegado Maymone

Dutra "Futi" acha que decisão foi precipitada

Desembargador determina homologação de concurso mas Dutra “Futi” acha que decisão foi precipitada

O prefeito Domingos Dutra (PC do B), da cidade Paço do Lumiar, na Grande Ilha de São Luís, classificou como precipitada decisão do desembargador Jorge Rachid, do Tribunal de Justiça do Maranhão, determinando que o comunista proceda a imediata homologação de concurso público para contratação de servidores efetivos para o município. PÁGINA 3

Dutra "Futi" acha que decisão foi precipitada

JUSTIÇA MANDA, "FUTI" NÃO OBEDECE

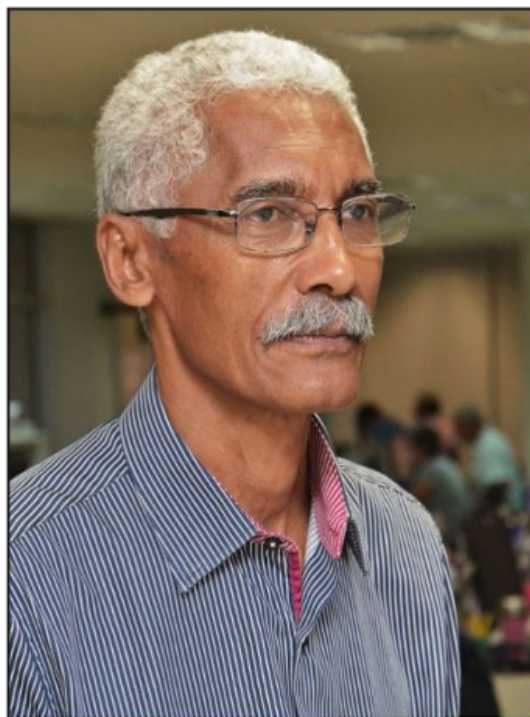
Desembargador determina homologação de concurso mas Dutra "Futi" acha que decisão foi precipitada

O prefeito Domingos Dutra (PC do B), da cidade Paço do Lumiar, na Grande Ilha de São Luís, classificou como precipitada decisão do desembargador Jorge Rachid, do Tribunal de Justiça do Maranhão, determinando que o comunista proceda a imediata homologação de concurso público para contratação de servidores efetivos para o município.

Rachid reconheceu o ato ilegal e omissivo de Domingos Dutra ao postergar a homologação do certame.

Sustentou, na decisão, que a edição de Lei Municipal 785/2019 criando cargos temporários, muitos albergados pelo certame, demonstraria a intenção do gestor em não homologar o concurso.

Dutra, por sua vez, divulgou nota afirmando que se "o desembargador, antes de conceder de forma precipitada, uma decisão provisória, tivesse solicitado previamente informações a gestão municipal, o erro induzido pela agravante não teria ocorrido, uma vez que o mesmo seria informado não só das inúmeras denúncias de possíveis fraudes ocorridas, mas também que



O PREFEITO DE PAÇO DO LUMIAR, DOMINGOS DUTRA DIZ QUE DECISÃO DO DESEMBARGADOR JORGE RACHID FOI PRECIPITADA

o prazo de homologação ainda está em vigência e que que a empresa entregou de forma fatiada, somente após ser notificada, o resultado do certame".

Amuada com o partido, Maura Jorge não compareceu a Encontro Estadual do PSL.

A atual superintendente regional da Fundação Nacio-

nal de Saúde (Funasa), Maura Jorge, não compareceu, na última sexta-feira (12), ao I Encontro Estadual do PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro e do qual ela faz parte.

Maura, em 2018, concorreu ao governo do estado justamente pela legenda.

Sua não participação no evento – quando ocorreram

várias filiações – deve-se ao fato dela alimentar uma briga pública com o presidente estadual do partido, o vereador Chico Carvalho.

Maura anunciou recentemente que pretende disputar a eleição para Prefeitura de Lago da Pedra, cidade que ela já governou por oito anos.

Servidores do TJ/MA são presos por suspeita de esquema de corrupção

PÁGINA 3

Servidores do TJ/MA são presos por suspeita de esquema de corrupção

Quatro pessoas foram presas na manhã desta segunda-feira (15) em São Luís, Paço do Lumiar, no Maranhão, e Goiânia-GO por envolvimento em esquema de corrupção dentro do Tribunal de Justiça do Maranhão. A operação foi deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público e a Superintendência de Prevenção e Com-

bate à Corrupção da Polícia Civil. As prisões preventivas foram determinadas pela 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário da Capital.

Foram presos na os servidores Daniel Andrade Freitas e Thiago da Silva Araújo e o prestador de serviço terceirizado Thiago Rafael de Oliveira Candeira. Eles foram localizados na própria sede administrativa do Tribunal de Justiça na manhã desta segun-

da. Em Goiânia, Wendel Dorneles de Moraes foi preso por participação no esquema, segundo as investigações. Além das prisões, foram cumpridos mandados de busca e apreensão.

De acordo com o Ministério Público do Maranhão e a Polícia Civil, os envolvidos no esquema conseguiam informações sobre os credores de precatórios e em seguida entravam em

contato buscando vantagens para que dessem preferência na ordem de pagamento aos credores da Fazenda Pública.

Segundo a investigação, Daniel Freitas, Thiago Araújo e Thiago Candeira encaminhavam à planilha de credores a Wendel. Assim, ele entrava em contato com os credores e fazia todo o processo restante do esquema.

DANOS MORAIS

Empresa de telefonia é condenada a indenizar cliente por cobrança indevida

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de primeira instância que condenou a Claro Fixo (Claro S/A) ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 5 mil, a uma consumidora que teve seu nome incluído em cadastro de inadimplentes. A decisão de 1º Grau também já havia declarado inexistente a dívida de R\$ 909,15 apontada pela empresa. A autora da ação inicial afirmou ter cancelado o contrato que mantinha com a operadora de telefonia.

A Claro apelou ao TJMA,

sob a alegação de regularidade da cobrança, pois a apelada estaria de acordo com todas as condições pactuadas, o que gerou duas faturas, não havendo registro de solicitação de cancelamento dos serviços. Sustentou que agiu no exercício regular do direito ao inserir, por dívida não paga, o nome da cliente nos órgãos de proteção do crédito.

A desembargadora Angela Salazar (relatora) disse que o caso espelha relação de consumo, sendo portanto aplicado o Código de Defesa do Consumidor. A magistrada entendeu que a empresa deveria ter juntado ao processo prova

efetiva de que a consumidora cancelou e solicitou a reativação dos serviços vinculados à linha, não servindo, para tanto, a transcrição de documentos produzidos unilateralmente.

Por força do princípio da boa-fé contratual que vigora em favor do consumidor, ela entendeu como verossímil a alegação da apelada de que cancelou o contrato de prestação de serviços, ainda mais que comprova nos autos a venda, em data anterior, do imóvel para o qual as faturas, com datas posteriores, foram enviadas.

A relatora destacou que cabia à operadora de telefo-

nia atuar com maior cautela quando do atendimento à reclamação feita pela consumidora e da produção da fatura. Entendeu como clara a falha na prestação do serviço.

A desembargadora manteve o valor da indenização a ser paga, por entender razoável e proporcional diante das circunstâncias do caso concreto. Citou posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do TJMA no mesmo sentido.

Os desembargadores Jorge Rachid e José de Ribamar Castro também negaram provimento ao recurso da Claro.

Danos morais



A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de primeira instância que condenou a Claro Fixo (Claro S/A) ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 5 mil, a uma consumidora que teve seu nome incluído em cadastro de inadimplentes. A decisão de 1º Grau também já havia declarado inexistente a dívida de R\$ 909,15 apontada pela empresa. A autora da ação inicial afirmou ter cancelado o contrato que mantinha com a operadora de telefonia.

A Claro apelou ao TJMA, sob a alegação de regularidade da cobrança, pois a apelada estaria de acordo com todas as condições pactuadas, o que gerou duas faturas, não havendo registro de solicitação de cancelamento dos serviços. Sustentou que agiu no exercício regular do direito ao inserir, por dívida não paga, o nome da cliente nos órgãos de proteção do crédito.

A desembargadora Angela Salazar (relatora) disse que o caso espelha relação de consumo, sendo portanto aplicado o Código de Defesa do Consumidor. A magistrada entendeu que a empresa deveria ter juntado ao processo prova efetiva de que a consumidora cancelou e solicitou a reativação dos serviços vinculados à linha, não servindo, para tanto, a transcrição de documentos produzidos unilateralmente.

Esquema de corrupção

Quatro pessoas foram presas na manhã de ontem em São Luís, Paço do Lumiar, no Maranhão, e Goiânia-GO por envolvimento em esquema de corrupção dentro do Tribunal de Justiça do Maranhão. A operação foi deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público e a Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção da Polícia Civil. As prisões preventivas foram determinadas pela 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário da Capital. Foram presos os servidores Daniel Andrade Freitas e Thiago da Silva Araújo e o prestador de serviço terceirizado Thiago Rafael de Oliveira Candeira. Eles foram localizados na própria sede administrativa do Tribunal de Justiça na manhã desta segunda. Em Goiânia, Wendel Dorneles de Moraes foi preso por participação no esquema, segundo as investigações. Além das prisões, foram cumpridos mandados de busca e apreensão. De acordo com o Ministério Público do Maranhão e a Polícia Civil, os envolvidos no esquema conseguiam informações sobre os credores de precatórios e em seguida entravam em contato buscando vantagens para que dessem preferência na ordem de pagamento aos credores da Fazenda Pública. Segundo a investigação, Daniel Freitas, Thiago Araújo e Thiago Candeira encaminhavam à planilha de credores a Wendel.

SUSPEITA DE CORRUPÇÃO

Servidores do TJMA são presos em operação

Operação determinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, realizada nas primeiras horas da manhã de ontem, resultou na prisão de quatro pessoas suspeitas de envolvimento em um esquema de corrupção dentro da Coordenadoria de Precatórios. PÁGINA 5

ESQUEMA DOS PRECATÓRIOS

Servidores do TJMA presos em operação

Três servidores, sendo dois efetivos e um terceirizado, eram lotados na Coordenadoria de Precatórios do Tribunal. Outra pessoa foi presa em Goiânia-GO

DOUGLAS CUNHA

Uma operação determinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, realizada nas primeiras horas da manhã de ontem, na região metropolitana de São Luís e na cidade de Goiânia-GO, resultou na prisão de quatro pessoas suspeitas de envolvimento em um esquema de corrupção dentro da Coordenadoria de Precatórios.

Das quatro pessoas detidas, três eram servidores do TJMA, sendo dois efetivos e um terceirizado, todos lotados na Coordenadoria de Precatórios do Tribunal. A ação foi deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaec) do Ministério Público e a Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção da Polícia Civil.

Os suspeitos foram presos através de mandados de prisão preventiva, decretada pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís e os servidores detidos foram identificados como: Daniel ~~Andrade~~ Freitas e Thiago da Silva Araújo, além do prestador de serviço terceirizado Thiago Rafael de Oliveira Candeira. Em Goiânia, foi preso um homem identificado apenas como Wendell, que seria o negociador do grupo.

Em entrevista coletiva concedida ontem, o presidente do TJMA informou que o grupo estava agindo vendendo mentiras. De posse de informação privilegiada, os suspeitos telefonavam para as pessoas que iriam receber os precatórios e se ofereciam para abreviar o pagamento que já es-

tava agendado, cobrando percentuais dos valores a serem pagos. Explicou o presidente do TJMA que os suspeitos nada faziam, porque já era um pagamento determinado, mas as pessoas incautas, que queriam facilidades, acabavam caindo no golpe. Logo que soube do esquema de corrupção, o presidente do Tribunal determinou a operação e que os envolvidos fossem presos preventivamente.



O juiz André Bogéa Pereira Santos, gestor da Coordenação de Precatórios do TJMA, disse que não havia como os suspeitos efetivarem o que prometiam, visto que existe um controle rigoroso, inclusive dos valores a serem pagos, e que estes pagamentos obedecem uma ordem cronológica que não pode ser burlada.

O desembargador Marcelo Carvalho afirmou que se trata de uma organização criminosa que vem aplicando golpes e que, com isso, fatura milhões de dólares. E garantiu que as investigações tem continuidade para esclarecer todo modus operandi do grupo.

O presidente da Corte, desembargador José Joaquim, disse que todo e qualquer servidor que se aventurar a

proceder de forma errada será punido exemplarmente, dentro das diretrizes de total transparência de sua administração e dentro dos ditames e garantias da lei. Ele garantiu que, além dos procedimentos pela Primeira Vara Criminal da Comarca de São Luís, também será instaurado o processo administrativo para apurar as responsabilidades dos servidores sob suspeita.

As prisões

Os suspeitos foram localizados e presos na sede administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na manhã de ontem. Além das prisões, foram cumpridos mandados de busca e apreensão. Os servidores do TJMA já vinham sendo monitoradas pelo Tribunal, por meio da Coordenadoria de Precatórios, com o que se logrou prevenir prejuízos aos cofres públicos. Já na cidade de Goiânia, capital de Goiás, Wendel Dorneles de Moraes foi preso por também participar do esquema de corrupção.

Como funcionava o esquema

Conforme as investigações do Ministério Público do Maranhão e da Polícia Civil, suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção conseguiam informações sobre os credores de precatórios. Após saberem das informações, entravam em contato com as pessoas que receberiam os pagamentos, buscando vantagens para que dessem preferência na ordem dos credores da Fazenda Pública.

Daniel Freitas, Thiago Araújo e Thiago Candeira encaminhavam à planilha de credores a Wendel. Com a lista em mãos, ele entrava em contato com as pessoas que seriam beneficiadas com os pagamentos e fazia todo o processo restante do esquema.

TJMA se pronuncia através de nota pública



O Tribunal de Justiça do Maranhão vem a público informar que, na manhã desta segunda-feira (15/07/2019), três servidores do Poder Judiciário do Maranhão – dois efetivos e um terceirizado – lotados na Coordenadoria de Precatórios do Tribunal, foram alvo de mandados de prisão preventiva decretada pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís. A investigação criminal foi iniciada após requisição do Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em face de denúncias apresentadas perante a própria Coordenadoria de Precatórios, recebidas pelo Juiz Auxiliar da Presidência, coordenador da gestão de precatórios, André Bogéa. A investigação criminal – que resultou nas prisões dos três servidores – foi desenvolvida pelo Ministério Público Estadual e pela Polícia Civil do Maranhão, com autorização judicial. As ações desenvolvidas fazem parte de um conjunto de medidas que visam não apenas garantir a correta utilização dos recursos públicos destinados ao pagamento de precatórios, como também zelar pela proteção dos direitos dos respectivos credores, muitos dos quais idosos e portadores de doenças graves. As condutas dos três servidores já vinham sendo monitoradas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria de Precatórios, com o que se logrou prevenir prejuízos aos cofres públicos. Importante ainda esclarecer que a ordem cronológica das listas de pagamentos dos entes públicos devedores de precatórios persistem intactas, imunes a quaisquer interferências ilícitas, vez que são confeccionadas segundo protocolo único do Tribunal de Justiça, inacessível aos servidores em questão. O Tribunal de Justiça do Maranhão reafirma seu inarredável compromisso de bem desempenhar suas atribuições constitucionais, sempre voltado à moralidade, legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, conforme o art. 37, caput, da Constituição Federal. A persecução criminal se desenvolverá aos cuidados das autoridades públicas constituídas e respeitando as diretrizes do devido processo legal e da ampla defesa.

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Bastidores

Coriolano Filho

DRT 1069-MA

editoria@oprogresonet.com

Espionagem

Após o recesso parlamentar, em agosto, poderá ocorrer a visita a São Luís da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados. Os deputados que investigam suspeitas de espionagem contra autoridades maranhenses querem ouvir novos delegados. Thiago Bardal e Ney Anderson Gaspar já foram ouvidos em Brasília sobre as denúncias contra o secretário de Segurança, Jefferson Portela, acusado de dar ordens para grampear desembargadores, empresários, jornalistas e políticos do estado. Também serão colhidos documentos e outras provas. A Câmara poderá criar a CPI da Espionagem.

Operação prende servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão

P8c1

Operação cumpre mandados de prisão, busca e apreensão

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e a Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção da Polícia Civil realizaram na manhã desta segunda-feira, 15, uma operação para cumprimento de mandados de busca e apreensão de documentos e prisão preventiva em São Luís, Paço do Lumiar e Goiânia, por força de decisão da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário da Capital.

As investigações, conduzidas pelo Gaeco em conjunto com o 1º Departamento de Combate à Corrupção (1º Deccor), apuraram um esquema de corrupção com a participação de servidores da Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça, visando favorecer credores da Fazenda Pública na elaboração de cálculos em desacordo com a decisão judicial, bem como em dar preferência na ordem de pagamento em troca de vantagem financeira.

Segundo apurado até o momento, os servidores Daniel Andrade Freitas e Thiago da Silva Araújo, além terceirizado Thiago Rafael de Oliveira Candeira, presos na sede administrativa do Tribunal de Justiça, obtinham informações sobre os credores de precatórios e entravam em contato por telefone solicitando vantagem para que eles tivessem seus pagamentos incluídos na lista.

O esquema também tinha a participação de Wendel Dorneles de Moraes, preso em Goiânia. Daniel Freitas, Thiago Araújo e Thiago Candeira facilitavam o acesso de Wendel à planilha de credores e valores. Em seguida, Wendel fazia a intermediação entre estes e os credores através de contato telefônico solicitando valores. Todos já estão presos.

O Gaeco do Ministério Público de Goiás auxiliou a operação em Goiânia para o cumprimento do mandado de prisão de Wendel Moraes. (**Redação: CCOM – MPMA**)

Judiciário firma Termo de Cooperação com município de Parnarama

Nessa segunda-feira (15), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, assinaram Termo de Cooperação Técnica com o município de Parnarama, representado pelo prefeito municipal, Raimundo Silva Rodrigues, para permitir a cessão de servidores do Executivo Municipal para prestarem serviços no Fórum da comarca de Parnarama, sem ônus para o Poder Judiciário.

Segundo o Termo, a cessão de servidores somente deverá recair sobre aqueles que ingressarem no quadro do município mediante concurso público ou processo seletivo.

A designação dos servidores, do início do exercício, carga horária e ausência serão feitos por meio de ofício encaminhado pelo Município ao TJMA e CGJ, conforme prévia autorização por lei municipal, acompanhados de certidões dos respectivos servidores e assinatura de Termos de Responsabilidade e Sigilo.

O termo também define os critérios sobre a atuação dos servidores no âmbito do Judiciário, conforme as limitações legais, assim como as responsabilidades de cada órgão signatário.

Informe JP

Curso superior obrigatório para oficial de Justiça (I)

A Assembleia Legislativa aprovou ontem (15) projeto do Poder Judiciário que dispõe sobre a exigência do curso superior com formação de bacharel em Direito para investidura na carreira de oficial de Justiça.

O projeto altera a Lei 8.715/07, que reorganizou o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Judiciário e agora segue para sanção do governador Flávio Dino.

Curso superior obrigatório para oficial de Justiça (II)

Conforme a mensagem do presidente do TJ, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, a alteração da lei visa contribuir com a eficiência, celeridade e qualidade dos serviços do Poder Judiciário, por meio da elevação do nível de escolaridade dos candidatos, o que garantirá o aperfeiçoamento da execução de suas atribuições junto à sociedade.

“A maioria dos Estados da Federação já legislou nesse sentido, conferindo esta exigência para os concursos públicos de ingresso na carreira de oficial de justiça”, disse o desembargador.

Sobe/Desce

Desce

Servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão foram presos em uma operação para cumprimento de mandados de busca e apreensão, executada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e a Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção da Polícia Civil. Os suspeitos são acusados de montar um esquema para favorecer credores da Fazenda Pública na elaboração de cálculos em desacordo com a decisão judicial, bem como em dar preferência na ordem de pagamento em troca de vantagem financeira.

Três servidores do TJ-MA são presos por fraudes em precatórios

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e a Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), da Polícia Civil, prenderam ontem (15) três funcionários do Tribunal de Justiça acusados de envolvimento com fraudes em precatórios. As instituições cumpriram, no total, quatro mandados de busca e apreensão domiciliar e prisão preventiva em São Luís, Paço do Lumiar e Goiânia, por força de decisão da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário da Capital. **PÁG. 12 (C1)**

REPRODUÇÃO DE TV



Momento da prisão de um dos servidores do TJ-MA, ocorrida na manhã dessa segunda-feira (15)

Três servidores do TJ-MA são presos por fraudes em precatórios

LUCIENE VIEIRA

Na manhã dessa segunda-feira (15), o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e a Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), da Polícia Civil, deram cumprimento a quatro mandados de busca e apreensão domiciliar e prisão preventiva em São Luís, Paço do Lumiar e Goiânia por força de decisão da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário da Capital. As medidas foram requeridas no curso da investigação conduzida pelo 1º Departamento de Combate à Corrupção (1º Deccor), com atuação conjunta do Gaeco, que apura esquema de corrupção com a participação de servidores da Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça, visando favorecer credores da Fazenda Pública na elaboração de cálculos em desacordo com a decisão judicial, bem como em



Momento da prisão de um dos servidores do TJ-MA, ocorrida na manhã dessa segunda-feira (15)

dar preferência na ordem de pagamento em troca de vantagem financeira.

Os servidores presos em São Luís são: Daniel Andrade Freitas e Thiago da Silva Araújo, além do terceirizado Thiago Rafael de Oliveira Candeira, detidos na sede administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-

MA). Eles obtinham informações sobre os credores de precatórios e entravam em contato por telefone solicitando vantagem para que eles tivessem seus pagamentos incluídos na lista.

Tal esquema também tinha a participação de Wendel Dorneles de Moraes, preso em Goiânia. Wendel tinha acesso à planilha

de credores e valores, mediante facilitação dos servidores, e fazia a intermediação entre estes e os credores por meio de contato telefônico.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo dos Anjos, informou que, ao tomar conhecimento de que havia fraudes nos precatórios, determinou à Coordenadoria de Precatórios que de imediato fosse até à 1ª Vara Criminal, que trata de organizações criminosas, e fosse instaurado o procedimento junto ao pedido de prisão preventiva dos dois servidores efetivos e do terceirizado.

Segundo Joaquim Figueiredo, Daniel, Thiago Silva e Thiago Rafael alteravam dados de precatórias e mantinham contatos com os credores pedindo valores para essas alterações. Conforme o desembargador, os servidores, além de presos, vão responder a uma ação penal e serão demitidos.

REPRODUÇÃO/TV

Programa de TV no sábado vai abordar o direito de família

O direito de família, área que estabelece e regula as normas da convivência familiar, será tema do programa Justiça Cidadã de sábado (20), ao meio-dia, na TV Assembleia (Digital, Canal 51.2 – TVN, Canal 17). A juíza Joseane Bezerra, titular da 3ª Vara da Família de São Luís, será entrevistada pelos apresentadores Heider Lucena e Danielle Limeira. O programa vai abordar o papel das varas de família, explicar as regras que envolvem o casamento

e o divórcio, as normas da pensão alimentícia e outros assuntos.

JUSTIÇA ITINERANTE

Uma reportagem feita na região de Cururupu vai mostrar mais uma etapa do Projeto Justiça Itinerante, desta vez levando serviços e atendimentos a moradores da ilha de Caçacueira.

Outra reportagem vai falar de um projeto lançado pela 2ª Vara de Combate à Violência Doméstica e Familiar de São Luís, que utiliza

aulas de dança para recuperar e fortalecer a autoestima de mulheres vítimas de violência. O programa Justiça Cidadã é rerepresentando em horários alternativos, às 21h de segunda e de quarta, às 16h de quinta e às 10h de domingo, na TV Assembleia.

A cada edição semanal, novos entrevistados dão informações e tiram dúvidas sobre áreas específicas de atuação do Judiciário maranhense. O público pode colaborar com perguntas e informações pelo Whatsapp do programa, (98) 98880-4461, ou pelo Telejudiciário, 0800-707-1581.